

SOB EMBARGO—DATA DE PUBLICAÇÃO: 28 DE JANEIRO DE 2026
POR FAVOR, NÃO COMPARTILHAR ESTE RASCUNHO DE COMUNICADO À
IMPRENSA



Uma realidade alarmante: quase metade dos agrotóxicos permitidos nos principais cultivos da América Latina está proibida na União Europeia.

Um novo estudo internacional, publicado na revista *Proceedings of the Royal Society B*, revela profundas desigualdades na regulamentação de agrotóxicos em todo o mundo. De acordo com o estudo, que analisou a situação legal dos ingredientes ativos (substâncias químicas com propriedades biocidas presentes em formulações comerciais) até 31 de dezembro de 2020, quase 50% dos ingredientes ativos aprovados para uso nas principais culturas agrícolas da América Latina não eram permitidos na União Europeia (UE) devido aos seus riscos para a saúde e o meio ambiente.

A pesquisa analisou a legislação de oito países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Uruguai) e comparou com as regulamentações europeias. As culturas avaliadas foram: soja, milho, arroz, cana-de-açúcar, trigo, maçã, abacate, café, girassol e uva. No total, foram identificados 523 ingredientes ativos aprovados para as dez culturas analisadas, dos quais 256 (48,9%) eram proibidos ou não autorizados na UE. Além disso, foram identificados 236 ingredientes ativos proibidos nesses oito países, dos quais 202 (85%) também eram proibidos na UE. Esses resultados demonstram um quadro regulatório desigual entre as duas regiões, sendo menos rigoroso nos países latino-americanos avaliados. Ademais, 88% dos ingredientes ativos aprovados em pelo menos um país latino-americano e considerados de alto risco pela Organização Mundial da Saúde (categorias IA e IB) não eram permitidos na UE. A Costa Rica apresentou o maior número de ingredientes ativos aprovados que não foram aprovados na UE (140), seguida pelo México (135), Brasil (115), Argentina (106), Chile (99), Bolívia (87), Uruguai (86) e Colômbia (57). O estudo científico também avaliou fatores econômicos que poderiam influenciar a aprovação dos agrotóxicos, como o volume de produção e o valor de

exportação de cada cultura em cada país, utilizando modelos estatísticos. Os resultados mostraram que culturas com maior produção ou valor de exportação — como soja, milho, trigo e arroz — apresentaram maior número de ingredientes ativos aprovados e maior número de ingredientes ativos não aprovados na UE. Esses resultados são alarmantes porque se trata de culturas de enorme importância regional em países cujas economias dependem, em certa medida, das exportações agrícolas e que estão passando por processos de reprimarização econômica. A soja e o milho, em particular, são cultivados principalmente a partir de sementes geneticamente modificadas, que dependem do uso massivo de agrotóxicos como parte do pacote tecnológico. Já em 2017, a área cultivada com Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) na América Latina representava 42% do total cultivado mundialmente. Atualmente, o trigo geneticamente modificado resistente à seca, aprovado em diversos países latino-americanos, também está incluído. O estudo alerta que a América Latina é atualmente a região com o crescimento mais rápido no uso de agrotóxicos e uma das principais exportadoras de alimentos do mundo. Essa combinação de alta demanda por agrotóxicos e regulamentações ambientais e sanitárias frágeis aumenta a exposição direta de trabalhadores rurais e comunidades que vivem perto de campos agrícolas, e a exposição indireta da população em geral por meio de resíduos de agrotóxicos que podem permanecer em alimentos, água, ar e solo. Além disso, os agrotóxicos são dispersos no meio ambiente, afetando diversos organismos vivos, ecossistemas e processos ecológicos fundamentais, enquanto seus efeitos ambientais são frequentemente desconhecidos devido a deficiências nos estudos de impacto ambiental.

Em suma, o estudo destaca a implementação desigual do Princípio da Precaução, incluído na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), assinada tanto pela UE quanto pelos oito países latino-americanos avaliados. De acordo com essa declaração, “Para proteger o meio ambiente, os Estados devem aplicar amplamente a abordagem da precaução, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaças de danos graves ou irreversíveis, a falta de certeza científica plena não deve ser usada como justificativa para adiar medidas custo-efetivas para prevenir a degradação ambiental”. Além disso, observa-se uma implementação desigual do Protocolo de Montreal e das Convenções de Roterdã e Estocolmo nos países latino-americanos avaliados. Os autores do estudo destacam a necessidade urgente de fortalecer as políticas ambientais e de saúde, harmonizando as regulamentações nos países latino-americanos de acordo com os padrões internacionais mais rigorosos e priorizando alternativas sustentáveis, como a agroecologia e o manejo integrado de pragas.

Como primeiro passo, os autores sugerem a proibição imediata da produção, venda e uso de todos os ingredientes ativos considerados altamente perigosos. Isso visa impedir que as assimetrias regulatórias existentes entre os países permitam que aqueles com legislação mais frágil sofram as consequências do comércio global desses compostos dentro de suas fronteiras. Além disso, a gestão de riscos deve ser implementada em níveis locais e

regionais, garantindo que a aprovação de agrotóxicos esteja em conformidade com protocolos atualizados de avaliação de riscos e programas de monitoramento específicos para cada contexto. As avaliações de risco também devem ser aprimoradas, incorporando misturas de compostos ambientalmente relevantes e avaliando com mais rigor os efeitos sobre espécies não-alvo. As políticas de governança devem incluir fontes de dados oficiais rigorosas e transparentes, programas de monitoramento de agrotóxicos, maior acesso a informações confiáveis para trabalhadores, consumidores e comunidades, treinamento em manejo integrado de pragas e incentivos reais e eficazes para promover práticas agrícolas mais seguras, como a produção agroecológica.

A pesquisa foi realizada por uma equipe multidisciplinar e multicêntrica de cientistas da Sociedade Latino-Americana de Pesquisa em Abelhas (SOLATINA) e da Rede CYTED COLMENA, liderada pela Dra. Grecia de Groot, pesquisadora de pós-doutorado do Instituto de Pesquisa em Biodiversidade e Meio Ambiente (INIBIOMA) da Universidade Nacional do Comahue (UNCo) e do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET). Este trabalho científico, publicado em uma edição especial da revista britânica *Proceedings of the Royal Society B, Special Feature: "The other 1%: Showcasing science and scientists from the Global South and indigenous communities"* editado por Sarah Brosnan, Stephanie Meirmans, Maurine Neiman, Guadalupe Peralta y Shalene Singh-Shepherd, sobre o sul global com o título *Global inequities in pesticide legislation: nearly half of pesticides approved in major crops in Latin America are not allowed in the European Union* (Em português: "Desigualdades globais na legislação de agrotóxicos: quase metade dos agrotóxicos aprovados para as principais culturas da América Latina não são permitidos na União Europeia"), representa uma contribuição fundamental para a compreensão do atual panorama da governança de agrotóxicos na América Latina, constituindo a comparação mais abrangente entre países da região até o momento. Considerando que as aprovações e proibições de ingredientes ativos podem variar periodicamente de país para país, a equipe de pesquisa está trabalhando em um relatório de dados regionais atualizado, que será publicado em breve.

Versão online do artigo: <https://doi.org/10.1098/rspb.2025.0267>

Contatos

Grecia de Groot (Argentina): grecia.degroot@comahue-conicet.gob.ar

Carolina Morales (Argentina): moralesc@comahue-conicet.gob.ar

Marcelo Aizen (Argentina): maizen@comahue-conicet.gob.ar

Carlos de Melo e Silva-Neto (Brasil): carloskoa@gmail.com

Redes sociais

CONICET: Instagram: @conicetdialoga / X: @Conicet

SOLATINA: Instagram: @solatina_org / X: @solatina_org

INIBIOMA: Instagram: @inibiomaabierto / X: @INIBIOMAConicet

Video t.ly/UMTXE



Colheita de soja, a cultura com a maior área cultivada e o maior número de ingredientes ativos aprovados na América Latina, que não são permitidos na União Europeia. **Créditos da foto: Matías Sarlo, de Agencia Tierra Viva.**

<https://minga.agenciat ierraviva.com.ar/agronegocio/>